



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Especial destinada a analisar e apresentar propostas com relação à partilha de recursos públicos e respectivas obrigações da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (**Pacto Federativo**)

PROJETO DE LEI Nº , DE 2015 (Da Comissão Especial do Pacto Federativo)

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer novos valores a serem repassados pelo FNDE aos Estados, Distrito Federal e Municípios para complementação do custeio da alimentação escolar, e estabelece critérios para atualização dos valores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 4º A transferência dos recursos financeiros do orçamento do FNDE para execução do PNAE, em caráter complementar aos aportados pelas Entidades Executoras, será feita automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo, contrato ou instrumento congênere, nos termos do disposto nesta Lei, de forma a garantir, no mínimo, uma refeição diária ao público-alvo do Programa, e sua operacionalização processar-se-á da seguinte forma:

I - O montante de recursos financeiros destinados a cada Entidade Executora para atender aos alunos será o resultado da soma dos valores a serem repassados para cada aluno atendido (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, indígenas e quilombolas), as quais serão calculadas utilizando-se a seguinte fórmula:

$VT = A \times D \times C$, Sendo:

VT = Valor a ser transferido;

A = Número de alunos;

D = Número de dias de atendimento;

C = Valor per capita para a aquisição de gêneros para o
alunado;

II - o valor per capita da alimentação escolar, a ser repassado,
será de:

a) R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) para os alunos matriculados no ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA);

b) R\$ 2,00 (dois reais) para os alunos matriculados nas creches;

c) R\$ 1,20 (um real e vinte centavos de real) para os alunos matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos;

d) R\$ 1,80 (um real oitenta centavos de real) para os alunos de educação em tempo integral.

e) R\$ 1,00 (um real) para os alunos matriculados na pré-escola.

III – Os valores contidos no inciso II serão obrigatoriamente atualizados anualmente, até o final do mês de fevereiro, segundo o índice oficial de inflação adotado pelo Banco Central do Brasil para elaboração de política monetária;

IV - o número de dias de atendimento a ser considerado no cálculo dos valores devidos à EE será de 200 (duzentos) dias letivos/ano;

V - os recursos financeiros apurados na forma do inciso I deste artigo serão transferidos pelo FNDE a cada Entidade Executora, em até dez parcelas por ano, não podendo cada parcela ter cobertura inferior a 20 (vinte) dias letivos;" (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei atende a uma reivindicação antiga dos Governadores e Prefeitos que afirmam, constantemente, estarem enfrentando aumentos significativos nos custos para compra e preparo da alimentação fornecida aos alunos das escolas públicas estaduais e municipais.

Estudo de autoria de Jéssica Cristina de Cezaro, presente no Portal Educação, mostrou que em 2013, dados do interior do Rio Grande do Sul, deram conta de que o preparo de refeições diárias aos alunos da rede municipal chegou ao custo de até R\$ 1,50 por aluno/dia. Considerando-se o índice de inflação acumulado do momento do estudo até o período atual, 14,64%, este valor atualizado seria de R\$ 1,72.

Não obstante os números apresentados, relatos de diversos Prefeitos dão conta de que a depender da realidade local esses valores podem chegar a até R\$ 2,50.

Supondo que o valor atual seria de R\$ 1,72, convém destacar o atual valor repassado pela União por aluno/dia: R\$ 0,30. Como é possível observar, o repasse da União não corresponde, na amostra, a 20% do custo incorrido pelas prefeituras no custeio da alimentação dos alunos das unidades públicas de ensino.

Vale destacar a importância da alimentação escolar de boa qualidade nas instituições públicas de ensino como mais um fator de retenção dos alunos na escola. Não é nenhuma novidade que boa parte dos alunos matriculados na rede pública de ensino é proveniente de famílias com baixa renda, por vezes tão baixa que não consegue suprir as necessidades alimentares mínimas das crianças.

Por todo o exposto, conclamamos os Nobres Pares para a discussão e aprovação da presente proposta. Afinal, a merenda escolar vem não somente como mais uma refeição diária, mas como complementação nutricional para a deficiente alimentação recebida em casa por grande parte dos estudantes. Tendo na escola uma merenda de boa qualidade e nutritiva o aluno se motiva ainda mais para ir para a sala de aula, ainda que por motivos outros que não os pedagógicos. Uma vez lá, são colhidas as externalidades positivas da sua presença no âmbito escolar, que perpassam os frutos do ensino e atingem, até mesmo, a sua integração mais adequada aos valores mais caros da sociedade.

Sala das Sessões, em 15 de Julho de 2015.

Deputado DANILO FORTE (PMDB/CE)
Presidente

Deputado ANDRÉ MOURA (PSC/SE)
Relator